

---

# MOVIMENTO SÓCIO-ESPACIAL: ABORDAGENS E PERSPECTIVAS DE INVESTIGAÇÃO

## SOCIAL-SPATIAL MOVEMENT: APPROACHES AND PERSPECTIVES OF RESEARCH

Tulio Barbosa<sup>1</sup>  
Sérgio Paulo Morais<sup>2</sup>

---

**RESUMO:** O presente trabalho objetiva construir críticas referentes ao conceito migração e, assim, colaborar para as pesquisas que tem como centralidade a discussão das condições sociais, econômicas e políticas dos trabalhadores que se movimentam no território nacional em busca de emprego e sonhos. A importância do debate acadêmico e a visibilidade da condição degradante que vive o trabalhador em geral, neste caso, destacamos os trabalhadores que se deslocam territorialmente para exercerem suas atividades laborais que os distanciarão do lugar e ao mesmo tempo em que serão direcionados conforme as necessidades estruturais do capitalismo.

**Palavras-chave:** Movimento Sócio-espacial; Migração e Trabalhadores

**ABSTRACT:** This paper aims to build critical for the migration concept and, so to collaborate to the research that has as a central discussion: the aspects sociais, economic and political of the workers who move within the country in search of employment and dreams. The importance of academic debate and visibility of the degrading condition in which the worker lives, we highlight the workers moving territorially and are targeted as the structural needs of capitalism.

**Key words:** Socio-Spatial Movement; Migration and Workers.

### Introdução

O operário livre [...] vende a si mesmo, pedaço a pedaço.  
MARX (s.d, p. 63).

As discussões existentes nas últimas décadas relacionadas à conceituação da mobilidade sócio-espacial dos trabalhadores proporcionaram aumento significativo das produções acadêmicas preocupadas com a temática, somadas as transformações produtivas, trabalhistas, culturais e tecnológicas. Assim, um grupo de pensadores parte da conceituação de mobilidade espacial dos trabalhadores da palavra migração, enquanto outros argumentam a partir de movimentação social, neste sentido, urge construirmos argumentos, a partir de textos e evidências de pesquisas, que contribuam para o debate.

A urgência em refletirmos quanto a esta temática obriga-nos a questionarmos os limites e as contradições dos discursos que engessam a prática científica e dogmatizam os conceitos. Para além do simplismo, reforçamos as questões quanto à dimensão do sujeito obrigado a se deslocar espacialmente para sobreviver a partir de apontamentos críticos derivados do marxismo, com suas relevâncias e implicações empíricas.

As insinuações destes deslocamentos apuram nos sujeitos simultaneamente ares de tragédia e de realização onírica, as consequências tramitam na inquietude do ser que se realiza para o consumo (não no sentido consumista, mas de sobrevivência) e no ser incompleto e distante de suas identificações, o que de fato, resultam no distanciamento do sujeito para com sua identidade, ao mesmo tempo em que tais sujeitos procuram reforçar suas identidades no seu cotidiano de trabalhador.

A movimentação social no sentido de “migração” implica em instâncias institucionalizadas conceitualmente que por si e em si revelam o problema e, simultaneamente, a tentativa de solução – o que empobrece a compreensão da realidade. O caminho, portanto, é a crítica; assim, o conceito não deve revelar a realidade, mas forçar-nos a pensar sobre a mesma,

---

<sup>1</sup> Prof. Adjunto do Instituto de Geografia de Graduação da Universidade Federal de Uberlândia – Campus Santa Mônica. E-mail: tulio@ig.ufu.br

<sup>2</sup> Prof. Adjunto do Instituto de História de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia – Campus Santa Mônica. E-mail: moraisp@yahoo.com.br

pois ao ideologicamente atribuímos valores definitivos aos conceitos impossibilitaremos a compreensão da realidade.

### **Movimento sócio-espacial: o produzir sobre o trabalhador e o fazer-se migrante.**

Os trabalhadores rurais que, nas últimas décadas, se movimentam pelo país e exercem distintas atividades nas regiões sudeste são apresentados de diferentes formas pela imprensa, pelos órgãos e representantes do governo e de Organizações Não-Governamentais e por muitos dos acadêmicos que pesquisam sobre o tema. Entretanto algumas perspectivas aglutinam diferentes visões. Entre elas temos a desqualificação do trabalhador, que sem estudo ou outros saberes acumulados não se submetem ao corte de cana e outras atividades:

No Brasil, dois setores ganham proeminência por razões diferentes. O primeiro deles é o setor da construção civil pela importância relativa na geração de empregos, ademais de ser um setor de baixas exigências de qualificação profissional, pelo menos para uma parcela relevante dos seus postos de trabalho. O outro é o setor agrícola de produção de cana-de-açúcar, pelo dinamismo dos últimos anos, em especial pela sua condição de produtor de uma alternativa energética ao petróleo. Também neste caso apresenta-se a possibilidade de inserção de mão-de-obra de baixa qualificação, embora aqui a pressão da demanda por energia estimule a diversificação produtiva e a inovação tecnológica, com efeitos sobre o emprego agregado do setor ainda desconhecidos. (ALMEIDA FILHO, 2009)

Outra perspectiva que se acumula é a do trabalho “penoso” e “humilhante”, indicando uma análise em torno das atividades exercidas em aproximação às leituras bíblicas sobre a “maldição de Adão”, tal como a prédica lembrada por E. P. Thompson nas epígrafes iniciais do segundo volume da “Formação da Classe Operária Inglesa”, algo em torno da ideia de que o trabalhador “*comerás o pão com o suor do teu rosto, até que retornes à terra, pois dela foste formado. Porque tu és pó, e ao pó retornarás*”. (THOMPSON, 2001).

A naturalização das condições de classe é forjada no cotidiano das relações formativas e informativas para a população em geral; assim, a escola e a mídia desempenham papéis decisivos na construção do imaginário da população em geral. Neste sentido, ideologicamente algumas palavras (para nós conceitos) expressam a solidificação da irrefutabilidade, isto é, migrantes e migração são compreendidos como fenômenos “naturais” da sociedade brasileira, portanto, a mobilidade de trabalhadores em todo território nacional é compreendida como condição normal e cíclica.

As palavras migrantes e migração conotam, em situações historicamente imprecisas, pobreza e fuga,

como se os trabalhadores pobres fugissem de um lugar e se refugiassem em outro (salvos!); portanto, ideologicamente constroem (escola e mídia aparelhados por uma elite econômica) uma imagem irreal da condição imorredoura da classe trabalhadora. Não importa o local do território em que estejam os trabalhadores sempre continuarão pobres e explorados. Mas, a situação coloca-se mais complexa à medida que vamos elencando interlocutores e analisando essas relações a partir das vivências, experiências, expectativas e conflitos de diferentes sujeitos sociais.

A conceituação, por si mesma, relacionada à movimentação sócio-espacial nada representa para a classe trabalhadora. Para aqueles que estudam ou mesmo descrevem o problema trata-se, evidente, de apenas mais um problema; assim, a problematização torna-se conceituação e, portanto, distante da necessidade real da classe trabalhadora.

A movimentação sócio-espacial pode inicialmente ser compreendida como sinônimo de deslocamento para a sobrevivência dos trabalhadores e de sua família, como imposição imperativa dos ditames da organização capitalista, e, de mesma maneira, como refundação contínua e existencial das lutas de classes sob os auspícios ideológicos. Essa constatação científica nada muda para os trabalhadores, uma vez que os mesmos se deslocam espacialmente (e continuarão assim...) pela sobrevivência e a tentativa em acreditarem em um mundo melhor, em uma vida melhor, que é e sempre será inalcançável nos moldes de produção capitalista e de uma perspectiva ilustrada e puramente acadêmica da situação.

Ao localizarmos estas dimensões do vivido e do informado sobre os trabalhadores queremos indicar um desafio que se constituiu (e se mantém) ao pesquisarmos sobre o trabalho desses sujeitos. Para isso, vale (metodologicamente) notar as transformações no trabalhar e no viver, os pontos e momentos de tensões, de exploração, de resistências e acomodações a partir das atitudes e explicações dos próprios trabalhadores, e das condições materiais postas.

Pois, tão somente os discursos científicos não alcançam a laboriosa condição camponesa e operária, ao contrário afastam-se propositalmente como se a observação distanciada proporcionasse a apuração do discurso, deste modo, as condições de classe são enumeradas conceitualmente vinculadas aos preceitos clichês da Revolução Francesa. Clichês por serem as bases fundadoras de pensadores de esquerda e/ou direita, sem questionamentos que promovessem reais mudanças.

Neste direcionamento, a movimentação dos trabalhadores é um dos pontos nevrálgicos para compreendermos as condições reais das diversas categorias que sobrevivem da obrigatoriedade do deslocamento no território nacional. Fundamental para compreendermos o aprisionamento dos sujeitos às condições materiais e desvincularmos suas sortes de suas movimentações, como se isso fosse um processo natural.

Num primeiro momento parece-nos que os conceitos estão todos “acertados”, como se num passe de mágica todas as palavras organizadas representassem definitivamente a verdade e a realidade; assim, por em xeque a conceituação e categorização científica representa a liberdade crítica para refletirmos quanto à organização social e espacial do mundo.

Diante disso, propomos o desafio de refletir a movimentação de trabalhadores no território nacional para além da lógica conceitual determinadora, apresentando as transformações das condições de classe como resultadas da ação de diversos sujeitos e situações sociais.

Tomar diferentes processos históricos e relacioná-los com a “migração” explicita-nos apenas uma noção da realidade que pode simplesmente informar sobre a estruturação das relações capitalistas, a partir de determinadas indicações (tais como: propriedade privada, herança e trabalho, por exemplo), deixando de fora as posições dos sujeitos sociais, frente e/ou contra essas “estruturas”.

Alguns insistem em criar mundos paralelos, chamam de mundo do trabalho, ou geografia do trabalho, ou outro nome qualquer, como se o mundo do trabalho existisse separado em outra dimensão, não é isso que estamos tentando aqui apresentar.

Para compreendermos e avançarmos além da objetivação conceitual, temos que decifrar relações pelas redes e articulações escalares que compõe o espaço e o tempo histórico. Tal estudo vincula-se, em um mosaico de possibilidades, à compreensão do poder; assim, ao mencionarmos espaço devemos, sempre, compreendê-lo como indissociável do poder. Em outras palavras, de forma sucinta, podemos afirmar que o espaço é utilizado para a organização do poder. Assim, urge o desvendar crítico dos processos espaciais que culminam na organização, reorganização, estruturação e reestruturação dos múltiplos fatores que compõe tais processos e que pressionam os trabalhadores para a submissão total aos ditames do capitalismo durante toda a vida.

Alguns negligenciariam o debate fecundo quanto à propriedade, já que ao tratarmos de espaço lidamos, na contemporaneidade, com a posse do mesmo, com o domínio espacial que se torna, de forma relativa e ilustrativa, território. O território - conforme Raffestin (1993) - é a organização do poder espacial, da manifestação de atores e de suas muitas relações. A constituição territorial é o poder manifestado por meio da organização do espaço realizada por grupos dominantes e a “obrigatoriedade migratória” é o fardo da classe trabalhadora.

O poder seria assim percebido na imaterialidade agrupada na interferência direta quanto à materialidade, isto é, para que o poder seja constituído como tal é fundamental, inicialmente, crer na perpetuação e eficácia do mesmo; assim, nessa forma de pensar a realidade a propriedade é a manifestação desta “crença”, materialização de uma forma do poder exercida sobre o espaço. A propriedade, no sentido, privada, ancorar-se-ia na incapacidade libertária dos sujeitos, já que suas crenças os levam a concepção imorredoura e irrefutável da propriedade.

Deste modo, a movimentação sócio-espacial seria tributária da manifestação do poder para reorganizar os trabalhadores em todo território nacional objetivando a concentração de capitais e o fortalecimento das propriedades para poucos. O trabalhador volante e/ou migrante (como conceituam) tornar-se-ia um trabalhador que se movimenta para sua sobrevivência, porém acima de tudo mobiliza-se, sem estar claro, para o “desafogamento” de sua região e a prestação de serviços em outra que resultará na transformação planejada do capital para as populações regionais ou mesmo territorialmente. Esse panoptismo capitalista revelado pela regulação da produção direciona e redistribui os trabalhadores conforme seus interesses e prioridades.

Por outro lado, sabemos que o ato de trabalhar, para os sujeitos que dele vivem, pode ter e evidenciar sentidos diversos. Fundamentalmente o trabalho cria a sobrevivência e produz culturalmente relações de vida e de realidade para os próprios trabalhadores. As relações de trabalho são assim significativas no processo de constructo da materialidade do mundo e pode, em uma perspectiva de prospecção, através das relações provenientes de seu “fazer-se”, *transformar* o próprio mundo, com todas as metáforas possíveis que o termo nos permitiria imaginar. (FONTANA, 1998).

### **O trabalhador que inicia a caminhada**

Um ponto significativo para pensarmos a movimentação sócio-espacial é compreendermos as motivações dos sujeitos para deslocarem-se muitos quilômetros dentro do território nacional em busca de sua sobrevivência envolta por roupagem ideológica cuja proporciona a autonegação da condição de explorados destes homens e mulheres.

O desafio ontológico constitui o fenômeno, para além do dogmatismo husserliano ou heideggeriano, a postura ôntica revela o sujeito ao mundo da mesma maneira que o mundo revela-se ao sujeito, todavia, a compreensão de mundo – tanto na sua totalidade como nas especificidades – obriga-o à construção imperativa de uma defesa totalizadora. Resta, portanto, aos trabalhadores, além da dor, o onírico. Somamos, obrigatoriamente, a condição de classe ao papel totalizante da ideologia, o resultado não seria outro além do relativo domínio ou total domínio da condição ontológica do sujeito por meio dos ditames capitalistas, ou seja, o desejo de consumo de bens duráveis e não duráveis.

Mas essa noção para nós é um desafio e não uma indicação conclusiva das atitudes e intenções dos trabalhadores. Assim, lembrarmos que para Marx

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas

as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. (MARX, s.d, p. 203)

As condições objetivadas dos sujeitos são pré-“determinadas” pela sua condição de classe. A herança da classe trabalhadora, a partir da óptica e da ação daqueles que estão do outro lado do elo cadeia, os que possuem os meios de produção, é apenas trabalho, força, pesando inexoravelmente aos que realizam as atividades a condição de classe.

Se por um prisma, a liberdade no sistema capitalista ideologicamente equivale à capacidade de compra; assim, os trabalhadores que se deslocam no território buscam condições econômicas que lhes permitam relativa autonomia. Empiricamente notamos, em nossas pesquisas, a aquisição de novos produtos que são levados como presentes ou mesmo “troféu” para suas regiões de origem; assim, o retorno para casa sociologicamente implica na auto-qualificação e destaque destes trabalhadores para com os demais que permaneceram nas suas cidades, conseqüentemente, essa posição sublinhada socialmente motiva ou impõe uma motivação para que outros trabalhadores executem os mesmos trajetos e trabalhos.

Mas além da sensação de consumo colocada aos trabalhadores como satisfação e conforto atribuído por horas, dias, semanas, meses, anos de expropriação, esses trabalhadores, tal como citamos, são apresentados como seres sem consciência e portadores de “mão de obra de baixa qualificação”. Aqui os limites de nossas organizações capitalista liberal, baseada nas relações de propriedade e de justificativa constante dessa ordenação social, vão mais longe. O senso que se constitui em relação a esses trabalhadores os coloca em uma condição natural de passividade e prospecção ao trabalho pesado.

Assim as relações com outros momentos passados tornam-se quase “lógicas”, pois de antemão não apresentam ou indicam exploração, mas, sim, a condição de “inferioridade” intelectual e de prospecção à improvisação e a realização de “qualquer” tipo de tarefa.

Um significativo registro desta visão foi realizado, por exemplo, pela “Folha de S. Paulo”, em agosto de 2008, quando do envio de uma equipe de repórteres ao interior do estado homônimo ao nome do jornal, para constituir um texto sobre o trabalho de canavieiros. De acordo com o mesmo:

Pontualmente às 4h42, a canavieira Ilma Francisca de Souza parte para o trabalho com sua marmitta fornida de arroz coberto por uma lingüiça cortadinha. Em outro bairro de Serrana, ainda antes de o sol nascer, Rosimira Lopes sai para o canavial levando arroz com um só acompanhamento: feijão. Durante o dia, elas vão dar conta da comida, que já terá esfriado. A despeito do notável progresso que ergue usinas de etanol com tecnologia assombrosa, o Brasil segue sem

servir refeições quentes aos lavradores da cana-de-açúcar. A bóia continua fria. [...] A riqueza do setor sucroalcooleiro, que movimentará neste ano R\$ 40 bilhões, não atingiu os lavradores. Em 1985, um cortador em São Paulo ganhava em média R\$ 32,70 por dia (valor atualizado). Em 2007, recebeu R\$ 28,90. A remuneração caiu, mas as exigências no trabalho aumentaram. Em 1985, o trabalhador cortava 5 toneladas diárias de cana. Na safra atual, 9,3. [...] Exige(-se) alto esforço físico uma atividade em que é preciso dar 3.792 golpes com o facão e fazer 3.994 flexões de coluna para colher 11,5 toneladas no dia. Nos últimos anos, mortes de canavieiros foram associadas ao excesso de trabalho. Conta-se a seguir o caso de um bóia-fria que morreu semanas após colher 16,5 toneladas. Não há paralelo em qualquer região com tamanho rendimento [...] (MAGALHÃES, *Jornal Folha de S. Paulo*, 24/08/2008).

Os relatos sobre escravidão, contidas nesta reportagem e em outras fontes, traçam uma terceira perspectiva que se coaduna, de um modo associativo, às duas anteriores.

Por um lado esta relação trabalho/escravo, ou trabalhador/escravidão, retoma uma condição histórica vivida por milhares de “canavieiros” na região Nordeste do país, nos séculos XVI e XVII, nos quais foram utilizados trabalhadores cativos para alimentar a indústria e o significativo comércio de açúcar na Europa. Por outro, como dissemos, indica condições degradantes de trabalho na atualidade. A *Folha de S. Paulo*, em continuação ao texto anterior, indica uma relação entre os dois “períodos”:

No auge e na decadência do ciclo da cana-de-açúcar, os escravos cuidaram da lavoura e puseram os engenhos para funcionar. A arrancada do etanol brasileiro foi dada por lavradores na maioria negros. Assim como os escravos sumiram de certa historiografia, os cortadores são uma espécie invisível nas publicações do setor. Exibem-se usinas high-tech, mas oculta-se a mão-de-obra da roça. Impressiona na viagem ao mundo e ao submundo da cana a semelhança de símbolos da lavoura atual com a era pré-Abolição. O fiscal das usinas é chamado de feitor. Acumulam-se denúncias de trabalho escravo. É um erro supor que as acusações de degradação passem longe do estado mais rico do País e se limitem ao “Brasil profundo”. Uma delas é narrada adiante. Em São Paulo, localiza-se Ribeirão Preto, centro canavieiro tratado como a nossa “Califórnia”. (...) (MAGALHÃES, *Jornal Folha de S. Paulo*, 24/08/2008).

Deixando de lado a provocação do jornal, até mesmo porque nos faltou compreensão sobre o quis

dizer sobre “certa historiografia” que fez “sumir”, ou tornou “invisíveis” os “escravos”. Registramos nossa ciência de que a escravidão de trabalhadores rurais é uma realidade presente hoje na sociedade brasileira. Muitos acadêmicos têm trabalhado com a temática (ver, por exemplo, LOKOI, 1989; MARTINS, 1997) e ações de fiscalização e combate têm sido realizadas em diferentes regiões do país (entre diversos, a título de exemplo, BARELLI e VILELA, 2000; COSTA, 2010), mas o problema merecer observação e interesse de “historiadores” e de quaisquer outros cidadãos.

Interessante notar que diversos setores públicos, principalmente órgãos do governo federal, tentam intervir na relação entre trabalhadores e “empregadores” para “evitar” a situação de escravidão. De modo mais velado nos anos 2000, e de modo mais direto nos anos recentes (op. cit. COSTA, 2010), o tema é indicado em documentos tais como “Contrato de Safra” (2002), os quais não aparecem termos como “escravo”, “cativeiro”, entre outros. Mas indicam a ocorrência de tensas relações de trabalho. Como exemplo, o item “Recrutamento e Seleção de Trabalhadores”:

O mais aconselhável é que o recrutamento de trabalhadores seja feito na própria região onde está situada a propriedade rural. Entretanto, quando isso não for possível, por escassez da mão-de-obra necessária ou adequada, o recrutamento de trabalhadores em outra região ou em outro estado deve ocorrer levando-se em consideração algumas medidas de cautela, para evitar futuros problemas trabalhistas ou mesmo de natureza penal. Sugere-se a adoção das seguintes providências e cuidados: (a) o recrutamento deve ser feito diretamente pelo futuro empregador ou por preposto (representante). A utilização de “empreiteiros” ou “gatos” é proibida por lei, gerando, inevitavelmente, situações de fraude à legislação trabalhista, além de problemas de ordem penal; (b) o empregador deverá providenciar listagem dos trabalhadores selecionados, identificando-os pelo número da Carteira de Trabalho e Previdência Social ou filiação (quando não portarem a CTPS), endereço residencial (pelo menos, o município), com dados a respeito da função a ser exercida, salário ajustado, referência à safra, identificação da empresa/empregador e sua localização. Essa relação deve ser feita em duas vias, devendo uma ser entregue à unidade mais próxima do Ministério do Trabalho e Emprego (na região ou estado de origem dos trabalhadores), mediante recibo. A segunda via dessa listagem, com o recibo, será solicitada pela Fiscalização do Trabalho; (c) o transporte dos trabalhadores (em veículo adequado ao transporte de passageiros), a alimentação e a hospedagem até o local de trabalho, além do transporte de retorno a sua

origem, deverão ser custeados pelo empregador, sendo proibido qualquer desconto no salário dos trabalhadores (ver art. 207, parágrafo 1º, Código Penal); (d) os menores de 18 anos estão impedidos de exercer atividades rurais penosas, insalubres ou perigosas e os menores de 16 anos estão proibidos de trabalhar; (e) ao oferecer o emprego, o empregador ou preposto deverá informar previamente ao trabalhador quais são as condições reais de trabalho e de salário. Assim, o contratado, antes de iniciar as atividades, deverá estar ciente a respeito do local e para quem irá efetivamente trabalhar, onde e em quais condições será alojado (se for o caso), qual o valor da remuneração, forma de pagamento, etc. Saliente-se que recrutar trabalhadores com falsas promessas constitui crime (ver art. 207, parágrafo 1º, Código Penal). (“Contrato de Safra”, 2002, pp.20-21)

Um dos pontos deste significativo documento diz respeito ao espaço de moradia dos trabalhadores, ressaltando ser “aconselhável” o recrutamento de “mão de obra” nas proximidades do local de trabalho. De certo modo este é um dos pontos em que o elo da escravidão/movimentação de trabalhadores ocorre com mais frequência, pois, grosso modo, o trabalhador torna-se um “devedor” de transporte, de moradia, de alimentação, de medicamentos etc. e transforma-se em refém de sua situação.

A situação, entretanto, revela outra situação de “visibilidade” de tais trabalhadores, a de “estrangeiro” no sudeste do país. Porém, o reconhecimento de ser de “fora” torna-se mais visível e experimentado (por trabalhadores e moradores) do que documentado, seja pela imprensa ou pela literatura acadêmica.

No dia a dia, nas idas e vindas do trabalho, nos mercados os trabalhadores são positivamente vistos como “consumidores” de produtos e serviços de pequenas cidades que, no Triângulo Mineiro, margeiam as Usinas e as fazendas. Mas nas filas dos postos de saúde, nos programas de compensação de renda, nos arredores dos bares são negativamente percebidos enquanto utilizadores de serviços públicos, e, até mesmo, considerados portadores de inerentes atos de roubos, de assaltos, de assassinatos e etc.

Temos em nosso acervo uma entrevista realizada na cidade de Delta (MG), que, de certa forma, diz respeito a esta última situação. Em narrativa gravada em 22/03/2009<sup>3</sup>, o trabalhador J. C. C. reconstituiu o assassinato de um padre naquela localidade (em 2006). O trágico acontecimento foi protagonizado por um cortador de cana, que ao ser preso disse ter sido levado a realizar o crime por influência de entidades demoníacas.

Ao dialogar a respeito de possíveis auxílios recebidos pela prefeitura de Delta, o trabalhador diz:

Não sei se você lembra que em 2003, 2004, 2000...2005, 2006, 2004 ocorreu um acidente em

Delta, lá... onde um rapaz matou o padre, cê lembra? (...) Diz que o cara é do Maranhão, é maranhense ou piauiense (?), depois disso houve um boato que aqui em Uberaba num queriam mais o povo de fora, nenhum! Só que isso não existe, é... eu penso, é minha forma de pensar é isso. Só que o que tinha que acontecer é que as empresas (pra fichar o cara) tinha que puxar a ficha. Poxa... o cara, saber detalhe da vida do cara, do passado... Fichar qualquer um, as vezes o cara é doente, fichar o cara... com um mês, dois... aparece o cara doido da cabeça, tem que tomar remédio controlado.[...]<sup>4</sup>

Na narrativa o trabalhador elabora uma construção na qual a empresa deveria ter mais responsabilidade na contratação de seus “funcionários”, porém, compreende que as relações de vida e de trabalho não se compõem de tal maneira.

O trabalhador que cometeu o crime foi julgado, condenado e cumpre pena por homicídio. O fato do mesmo ter aberto o tórax do padre e introduzido um vidro de perfume e a narrativa sobre pressões “demoníacas” não propiciaram debates sobre problemas de saúde ou improbidade de razão por parte do mesmo.<sup>5</sup>

J. C. C., elaborando de modo a demonstrar conhecer a fundo o episódio, interpreta o ocorrido em uma perspectiva mais ampliada, mais enredada com o social:

“Eu conhecia o padre, morava encostado, de fundo com a igreja, lá no Delta. Na época conheci o rapaz que matou também [...] foi um negócio meio triste mesmo. Aí começou a rolar o boato “o povo, prefeito, cidade e tal, num aceita nois do norte e tal, num aceita mais”. Inclusive teve reunião na Delta, na Caeté, na usina Caeté [...] iam ser mais rigoroso, iam pedi até antecedente criminal, isso que eles falaram. Isso é que é correto [...] o governador atual (do Maranhão), eu assisti uma reportagem dele.. onde ele falava de sessenta de sessenta e cinco mil peão de lá cortando cana no Estado de São Paulo. Agora.. imagine somando todo esse povo que vem pra cá. Porque aqui tem peão do Piauí, tem maranhense, tem peão aqui de Pernambuco, aqui tem da Bahia... aqui tem tudo, entendeu? Aí acontece um acidente desse... “Num vou chamar esse povo”. Num é assim que acontece? A firma tem que ser mais rigorosa e pegar as pessoas... e sabê quem ta pegando realmente...”<sup>6</sup>

A partir de situações localizadas percebemos como estados latentes de tensão existem e são revelados em momentos em que surgem acontecimentos tais como este.

Na perspectiva do trabalhador entrevistado a empresa aumentou a pressão sobre a conduta dos

trabalhadores na cidade, ao se reunir por razão das “novas” regras de contratação, o que, de certo modo, deve ter conduzido mudanças nas relações de trabalho e nos modos de vida dos trabalhadores. Entretanto, por parte dos demais sujeitos as relações continuaram ou, talvez, se aprofundaram em novas “tensões”:

“Porque funciona assim..ó: cê é de fora... você vai marcar consulta, pegar um remédio... o povo... “é... teu documento?” E é uma piadinha! Sempre funciona assim... no supermercado... cê chega num barzim para tomar uma cerveja [...] Em 2006, 2006 (ano da morte do padre) cansei de chegar em bar... assim com meus colegas... chegar assim... você está em um lugar e não se sente a vontade. Num sei se é porque o cara é preto, se é por causa que é feio...sabe. Cara não é do lugar mesmo... tem piadinha... tem aquele negócio todo que é chato. Você se sente como se estivesse fora do país de origem, nessa terra... sei lá o quê. Em relação a isso... não muda!!! É sempre assim, mas cada um tem que fazer sua parte, tem que andar direitinho, fazê... procurar fazer amizade com pessoas de bem também e pronto. [...] Eu chego hoje, tem o supermercado que eu compro a dois, três anos eu comprava, eu compro de novo... é... cartão de médico, hospital eu tenho[...] A gente tem que fazer isso.”<sup>7</sup>

Neste sentido, cortar cana-de-açúcar ou colher laranjas não tem qualquer diferença para o trabalhador, desde que o mesmo consiga suprir suas necessidades gerais e de seus familiares. Mas as relações imbricadas os colocam como vítimas ou como algozes, são vistos como portadores inerentes de pobreza e violência, agrupamentos que servem como mão de obra e atrapalham o sossego e o serviço público de saúde.

Mas o significativo para uma postura que se orienta pelo materialismo histórico, ou mesmo fundado em uma posição mais próxima à classe trabalhadora, seria a de propor questões atentas às condicionantes materiais e, de mesmo modo, às ações dos sujeitos. Assim, o ordenamento das questões - a partir das categorias até aqui elencadas - pode propiciar sentidos dispares: apenas o ímpeto ao consumo, a inabilidade escolar, o aproveitamento da força, tem a potência de representar uma visão de mercado (e até mesmo liberal), por outro lado, existe a possibilidade de se retirar toda a potência e interpretação dos trabalhadores sobre suas vidas e às relações vividas.

Assim, Duarte (2004) ao estudar Leontiev relaciona a dissociação do significado do sentido da ação do trabalho, sublinhando o salário como o ponto motivacional para que os trabalhadores executem seus serviços; portanto, parte dos motivos do deslocamento territorial deve-se a esses apontamentos, pois:

[...] o sentido pessoal é produzido pelas condições objetivas de vida do operário, que o levam a vender

a sua força de trabalho em troca de salário. Por essa razão, o sentido do trabalho do operário será para ele o mesmo, esteja ele trabalhando em uma fábrica de tecidos, ou em uma fábrica de armas ou em uma fábrica de remédios que salvam vidas, pois o sentido de seu trabalho é determinado pelo quanto ele recebe e não pelo que ele produz. (DUARTE, 2004, p. 57).

A não organização da classe trabalhadora passa pela obrigatoriedade da organização da distribuição dos trabalhadores, ligados a constituição da divisão territorial do trabalho, reforçando, deste modo, a condição de classe.

O capitalista ama as suas propriedades. Os grandes sentimentos que justificam sua hominização se manifestam diante do objeto inanimado que para ele é sua vida, garante o seu esplendor, o alimenta; enquanto o outro que faz tudo é um ser sem alma, vazio. Assim é a história da natureza humana na sociedade de classes. (SILVA, 1991).

Para Silva (1991) o trabalhador aliena-se, como se não existisse mais, pensamos ao contrário, pois o trabalhador “existe” a partir de suas relações e de suas funções na sociedade classista, ele torna-se, de fato, trabalhador. As implicações desta condição obrigam-o a executar sua existência no trabalho; assim, na lógica do que comprador do trabalho, como já destacamos, a função principal do trabalhador é movimentar o corpo e o espírito na direção da execução de suas funções e no mérito de seu salário. Nesta perspectiva, que traz contribuições, mas dista do que queremos argumentar, a constituição ontológica do sujeito funda-se no distanciamento da liberdade total, para uma espécie de pseudo-liberdade, já que a liberdade liga-se diretamente a permissão dada pela classe dominante para que os sujeitos possam trabalhar.

As evidências de pesquisas e as “nossas” questões não nos permitem julgar os trabalhadores dentro das lógicas “organização” e “liberdade” colocadas anteriormente. Pois as relações são muito mais densas dos que a cobrança e a avaliação intelectual. No caso dos trabalhadores que se deslocam territorialmente a pressão sobre a sua condição de classe pode ser demonstrada pela necessidade de sobrevivência e pelo “encantamento” do próprio deslocamento. O trabalhador tem plena consciência de sua exploração, porém, também compreende que seu deslocamento permitirá ter outras possibilidades de ganhos materiais - muitas vezes reais outras não tão reais.

Contraopondo a dura realidade destes trabalhadores, se faz valer outro prisma no debate, o discurso pós-moderno. Ditado pelas políticas neoliberais e “apoiado” por intelectuais “eccléticos e/ou holísticos” que insistem em terminologias (ou tentativas conceituais) que não demonstram, de fato, o aparato ideológico da burguesia e muito menos os embates e percalços vividos por estes trabalhadores a partir de sua condição de classe.

Tornam a movimentação sócio-espacial naturalizada e o sofrimento minimizado.

Deturpam de forma violenta a compreensão da realidade dos trabalhadores, enumeram seus discursos a partir da desqualificação do pensamento marxista, as subtrações do status de ciência para as categorias e conceitos marxistas justificam o fracasso socialista (na verdade Estados burocráticos) e apontam o auge do avanço das certezas capitalistas.

Neste sentido, Teixeira (2008) aponta que:

Com a queda do Muro de Berlim, um novo exército de apologeticos entra em cena. Dessa feita para decantar a idéia de que o mundo mudou e o novo, que está nascendo, não traz mais nenhum vestígio do passado. A má consciência de que falava Marx, em 1867, agora, apresenta-se à sociedade para celebrar o fim das relações antagônicas entre capital e trabalho, que estão sendo substituídas por relações de cooperação e amizade entre parceiros. [...] Se, antes, estavam preocupados em descrever a aparência da ordem capitalista, hoje, negam seus predecessores para afirmarem uma nova ordem, na qual as antigas fontes de riqueza (capital, trabalho e terra) perderam seu estatuto científico de cidadania. , (TEIXEIRA, 2008, p. 114-115)

Não há outro caminho metodológico: partir das categorias ditantes do capitalismo para alcançar o trabalhador. A movimentação no território nacional destes trabalhadores precisa ser analisada criticamente, sem limitar e/ou condenar os trabalhadores a essa condição imorredoura. Reafirmamos: não estamos sugerindo um discurso científico que identifique as condições precárias de existência humana destes trabalhadores, uma vez que os mesmos na história da humanidade, sendo trabalhadores livres ou escravos, sempre viveram em condições precárias, a sua humanidade fez-se e faz-se precariamente por meio da materialização das condições de vidas.

Ao anunciarem a precarização do mundo do trabalho ou das condições precarizadas dos trabalhadores acrescentam oniricamente um passado promissor (a volta dos que não foram!?) e mascaram a condição de exploração que sempre viveu a classe trabalhadora, ornamentando os discursos com palavras épicas de uma tragédia sempre presente e não anunciada como supõe alguns, dentre os quais Antunes (2005).

A lorota de alguns pensadores é reafirmarem a precarização do trabalho e lutarem, por exemplo, para que o corte de cana-de-açúcar não seja mecanizado, garantindo o trabalho - essa entidade mítica que muitos veneram sem a ousadia de pensar outras possibilidades - e ao mesmo tempo garantindo a opressão e exploração. Do modo em que os problemas se colocam, através da imprensa, da lógica da obtenção de lucro, das perspectivas “holística”, entre outros, poderemos um dia pensar: será que as vivências dos sujeitos estão para

a melhoria do conhecimento das ciências humanas ou vivemos o contrário disso?

Outro ponto ilusório nos estudos migratórios é a tentativa em padronizar grupos, hierarquizá-los e traçar linhas isonômicas que garantiriam a compreensão engessada destes trabalhadores. Consideramos ponto ilusório por nada dizer-nos e muito menos ousar pensar além deste dogmatismo positivista, com quais muitos pensadores ditos críticos celebram suas teorias. Ao mesmo tempo forçam conceitos e tentam aplicar situações que antagonicamente constituem os sujeitos, forçando-os à condição autônoma pelo aparato ideológico; assim, impõe a autonomia existencial ligada a conceitos e categorias que significam contemporaneamente poder.

Diante disso, entendemos que Marandola Jr. e Dall Gallo (2009) compartilham uma compreensão que simplifica a relação real entre a movimentação sócio-espacial, a condição de classe e o poder dominante ao indicar a possibilidade da convergência entre a existência humana do trabalhador e sua capacidade de territorialização e/ou desterritorialização.

Assim, migrar é sair do seu lugar, envolvendo processos de desterritorialização e reterritorialização, que não são necessariamente sucessivos nem ordenados. Que significa, para a constituição da identidade e do eu, o rompimento da ligação original ser-lugar-natal? Em termos ontológicos, há um abalo na segurança existencial e na identidade territorial que precisam ser compreendidos como elementos centrais do processo migratório. (MARANDOLA JR. e DALL GALLO, 2009, p. 3).

Amigração não é condição ontológica, a movimentação sócio-espacial ocorre por causa das condições de vida dos trabalhadores, concordamos, em parte, com Marandola Jr. e Dall Gallo (2009) ao apresentarem o “sofrimento” como resultado do rompimento do trabalhador com o lugar, mas discordamos quando os mesmos compreendem a possibilidade dos trabalhadores dominarem o território e se constituírem como parte de tal. Torna-se impossível concordarmos aqui, visto que o território não compreende a instância do trabalhador, ou melhor, o trabalhador é dirigido territorialmente conforme a organização espacial capitalista. Dirigir territorialmente significa limitar a condição de classe e lançá-los aos interesses da classe burguesa dominante numa organização espacial que privilegie, sempre, o lucro para pouquíssimos. A autonomia do trabalhador para com os interesses organizacionais da classe dominante relacionada com o território somente será possível com a transformação do capitalismo.

Esse ponto da transformação abre indícios de outra peculiaridade atribuída aos trabalhadores, ou mais um “prisma” em nossa discussão, que invocaria: a lógica do embate, da organização e do enfrentamento direto, ou, mais precisamente a desorganização e a negativa de ações “políticas”, por parte desses trabalhadores “em

movimento”. Nesse sentido, além do fardo do pouco estudo, da prospecção à violência, imputam-lhes as crenças de ingenuidade, de fraqueza e de “alienação”.

Considerando os fatores aqui elencados e retomando a “Lógica Histórica” (THOMPSON, 1978) e o início do livro III da Formação da Classe Operária (THOMPSON, 2002), faz-se necessário uma “análise válida, teórica e classista da atual” circunstância de vida e trabalho de sujeitos. “É quase impossível apresentar um relato histórico coeso sobre uma presença não coesa, (como os diversos trabalhadores que “flutuam” numericamente nesta região)”, mas é preciso tentá-lo (THOMPSON, 1985, p.15).

Obviamente não teremos condições e pesquisas suficientes para fazer esse movimento nesse texto. Reservamos-nos apenas a tarefa de alinhar essa discussão dentro das concepções as quais temos insistido. Nesse sentido, não correspondemos às teses partidárias de orientação ou iluminação externa, a partir de interferência “intelectual” e de depósito de consciências em cabeças vagas.

Vale lembrar que muitos trabalhadores que migram firmam contratos e se orientam em favor de seus direitos a partir de sindicatos. Também, é preciso ter em mente que muitas atividades realizadas por “migrantes” estão em profundas modificações. Como exemplo maior de tais mudanças: o plantio e a colheita de cana-de-açúcar, que passa por um processo de profunda implementação de máquinas, diminuindo e reorganizando o trabalho de milhares e milhares de pessoas que chegam às regiões em que há “monocultura” de cana.

Esses trabalhadores estão certamente em condições com outros milhares (ou milhões) que vivem a desregulamentação social e política advinda de “neoliberalismos” ou “subprodutos” da Globalização. De mesmo modo enfrentam a deslegitimação do direito ao trabalho, através de terceirizações, flexibilização, contrato por tempo curto de trabalho, as lógicas da produção por “*just in time*”, entre outros (CARDOSO, 2003).

A nosso ver, as práticas “políticas” dos trabalhadores urbanos, ou fixos, que lidam em diferentes campos de atuação, não tem se mostrado melhores ou menos importantes do que as dos trabalhadores que migram. Os trabalhadores migrantes, tais como outros, não se restringem as delimitações dos contratos de trabalho, e, em diferentes ocasiões, vão além dos sindicatos; as evidências sobre diversas greves mostram isso.<sup>8</sup>

Para abordagens que primam pelas ações dos sujeitos, seria importante considerar as diferentes paralisações, as estratégias coletivas de luta, as motivações de solidariedade levadas a âmbitos para além das composições elaboradas pelo consumo, ou pela lógica do pouco estudo. Pois no que tange a discussão, nesse período vividos, as implementação de máquinas está indicando situações ampliadas de ação que informam diferentes experiências sociais, e ativa “consciência” política.

Novamente, de acordo com o Jornal Folha de S. Paulo, de 16 de fevereiro de 2011<sup>9</sup>, percebe-se a ação desses sujeitos:



Desempregados pela mecanização, ex-cortadores de cana ingressam em luta pela terra. Desde 2007 foram fechados no estado cerca de 40 mil postos de trabalho no corte da cana, José Rainha Júnior, confirma que os ex-cortadores têm fortalecido os movimentos sociais. Ele estima que entre os 6 mil militantes que participaram das 42 ocupações de janeiro deste ano, pelo menos um terço era composto de egressos do setor sucroenergético. “A tecnologia chegou, as máquinas desempregaram muita gente no corte de cana”, conta Rainha. (MELLO, Jornal Folha de S. Paulo, 16/02/2011).

Nem todos, obviamente, partem para a luta pela terra: Existem ainda os trabalhadores que têm tentado conseguir um lote de terra por meio do crédito rural. O presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Regente Feijó, Marcelino Sotocorno, disse que apesar dos problemas burocráticos, essa tem sido a opção dos que estão desiludidos com os rumos da reforma agrária. “É uma forma de o pessoal ter, pelo menos, o lugarzinho para trabalhar”, explica. Ele lembra que ter um lote de terra, mesmo que pequeno, é uma garantia de sobrevivência. “Se ele souber plantar um pé de mandioca ou de milho, fome ele não passa”. (MELLO, Jornal Folha de S. Paulo, 16/02/2011).

Para nós noção de que “*fome eles não passam*” é algo que surge sobre diferentes visões até aqui exemplificadas e que despotencializam os trabalhadores e suas ações. Mostra também as dinâmicas vividas por estes trabalhadores, que se aventuram, viajam, vivem a exploração, mas criam alternativas (NASSER, 2008) e nos indicam outros horizontes de ações políticas, outros rumos para outras Histórias.

### **Caminhar “pra” lá ou “pra” cá?**

Outro ponto importante são os chamados fluxos migratórios, existem muitas teorias, muitos mapas, gráficos e tudo que precisa para explicar os tais fluxos. Estruturalmente alguns teóricos apontam os investimentos realizados em certo local e que atraem a população, ou seja, naturalizam as relações produtivas e exploratórias que os trabalhadores estão inseridos.

A clássica explicação da movimentação sócio-espacial dos trabalhadores parte da diferenciação de renda, culminando na reorganização das condições de vida da população a partir do suporte fornecido pelo emprego. O emprego, portanto, é a condição insuperável, neste modelo clássico, para a superação dos problemas diferenciais de renda, subtraindo a pobreza e permitindo o desenvolvimento desta população pobre. Também, preferem a utilização do conceito população, por mistificarem as reais necessidades dos trabalhadores, lançando-os num conceito amorfo no qual tudo cabe: a população.

A distribuição dos trabalhadores em todo território nacional ocorre impositivamente, por mais que alguns teóricos enumerem a autonomia do trabalhador para tomar suas decisões (neste caso: deslocar-se territorialmente para trabalhar ou não?), isso não ocorre, pois a sobrevivência e a esperança no futuro para melhorias significativas nas suas existências materiais e imateriais.

Responsáveis pela construção de uma ideia fragmentada da realidade a partir da diferenciação regional (e extremamente influenciadora, seja afirmando ou negando suas teorias) apontamos a influência de Harris e Todaro (1970) os quais influenciaram outros teóricos a partir de suas orientações analíticas da região incluída ao nível salarial e das taxas de emprego e desemprego, somado a diferenciação de áreas urbanizadas e não urbanizadas. A dualidade da economia territorial organizada pelas diferenças regionais, pensada, primariamente na relação processual do deslocar-se das áreas ruralizadas (ou com economia inferior) para áreas urbanizadas (com economia superior).

Segundo Harris e Todaro (1970, p. 127) exemplificaram seus modelos teóricos a partir da compreensão que:

The basic model which we shall employ can be described as a two-sector internal trade model with unemployment. The two sectors are the permanent urban and the rural. For analytical purposes we shall distinguish between sectors from the point of view of production and income. The urban sector specializes in the production of a manufactured good, part of which is exported to the rural sector in exchange for agricultural goods. (HARRIS e TODARO, 1970, p. 127)

As bases deste modelo persistem ainda hoje na construção discursiva de alguns teóricos, a dualidade desenvolvimento e não-desenvolvimento, promovendo teoricamente a ideia de equilíbrio produtivo que culminaria no equilíbrio regional e poderia equilibrar o território. Para isso promovem a instauração de processos equilibrados por meio do *welfare state*, sentenciando o Estado ao cuidado com as empresas privadas para que as mesmas não venham a sofrer prejuízos, pois prejudicariam o equilíbrio.

Assim, conforme Harris e Todaro (1970), o mercado de trabalho influenciaria diretamente a constituição dos equilíbrios ou desequilíbrios migratórios, neste sentido, a decisão para o processo migratório partiria do sujeito quando o mesmo mensurasse os ganhos salariais, logo a migração ocorreria através desta tentativa em equacionar os ganhos salariais.

Desta forma, a alternativa seria a garantia de ganhos salariais aos trabalhadores, o que, de fato, sempre acontece, pois os trabalhadores somente tomam a decisão de se deslocarem territorialmente a partir dos ganhos salariais, todavia, o problema das análises

de Harris e Todaro (1970) fecham o trabalhador na condição capitalista do trabalho, da mesma maneira teóricos anunciam o mundo do trabalho e edificam o trabalhador às mesmas condições. Trata-se de políticas de rendimentos que precisam de avaliação, já que a constância da condição dos trabalhadores impede qualquer modificação substancial para melhorias significativas da vida destes.

Harris e Todaro (1970) partem da relação neoclássica do valor, preço e lucro, subsidiados teoricamente por Milton Friedman; assim, a relação entre o livre mercado (seja de mercadorias ou de trabalhadores) estabelece a diferenciação dos rendimentos os quais resultarão na materialização das diferenças regionais, portanto, ideologicamente a diferença dos rendimentos estabelece a estruturação da condição primária para a movimentação sócio-espacial, quando na verdade o sistema produz as diferenças e se beneficia de tais, logo, a constituição diferencial regional “impulsiona” os investimentos diretos e indiretos dos capitalistas movimentando os trabalhadores com suas especificidades. Em outras palavras, a região (no sentido econômico, social e político) é criada objetivando os interesses de uma elite, que se mantém e perpetua-se no poder graças a estas diferenciações regionais que segmentam a compreensão da totalidade, promovendo a justificativa parcial da realidade, isto é, o Nordeste brasileiro é, ideologicamente, uma região pobre que tem por “missão” territorial enviar para o Sudeste rico aqueles que mais necessitam de uma renda melhor.

A criação ideológica das diferenças regionais prolifera imagens que pertencem a qualquer lugar do país, como exemplo, podemos citar: pensem num local com pessoas famintas, guardando desesperadas qualquer gota de chuva que cair do céu, com proliferação de doenças tropicais, enfim, ideologicamente a maioria das pessoas ao mencionarmos este cenário pensam na região nordeste, todavia, diariamente temos notícias que as grandes metrópoles brasileiras tem problemas com abastecimento de água potável, problemas com vetores e doenças típicas do clima tropical e o que mais existe em todo o território nacional: pobreza.

Diante disso, entendemos que o processo de movimentação sócio-espacial é constituído por problemas estruturais do sistema capitalista, o qual promove as ficções sêmicas que instauram um processo dogmatizado para compreender as diferenças regionais, salariais e de classe, logo, a justificativa das chamadas “migrações” é naturalizada, isto é, as pessoas “migram” naturalmente, já existem áreas de “atração”, com maior capacidade aglutinadora das oportunidades.

Portanto, ideologicamente, construíram uma ideia disseminadora de condições irreais de existência, pois divulgam que o trabalhador se desloca no território nacional por motivação própria, por interesse em “vencer” as vicissitudes da vida. O ponto central deste deslocamento liga-se as condições de existência material destes trabalhadores; assim, as condições inadequadas de

sobrevivência levam-os ao deslocamento. Fantasias este deslocamento territorial por meio de projeções subjetivas – em si e por si – leva-nos ao quadro da positividade estruturalista impossibilitando uma compreensão apurada das reais condições da classe trabalhadora em movimento espacial.

Não se trata - como apresentou Harris e Todaro (1970) - da migração das áreas atrasadas para áreas desenvolvidas, pois o atraso e o desenvolvimento são realizações das conjugações próprias do sistema capitalista. Regiões empobrecidas ou ricas são resultados próprios e ímpares deste sistema; assim, o processo de movimentação da classe trabalhadora pelo território nacional é estratégia mantenedora da condição do disparate social e econômico.

Apesar do volumoso rechaçamento, por inúmeros teóricos, da dualidade de Harris e Todaro (1970), devemos lembrar que suas ideias foram extremamente dominantes e construíram todo um imaginário teórico que fundamentou várias ciências, dentre elas a Geografia destaca-se ao sublinhar conceitos derivados desta dualidade, dentre os quais: desenvolvimento, subdesenvolvimento, primeiro e terceiro mundo, dentre outros. Conceitos que promoveram a constituição ideológica afirmativa desta condição dual como natural, impedindo a crítica à própria condição destes trabalhadores (volantes, migrantes...?!), não importa como são chamados tais trabalhadores, são duramente explorados.

Devemos também questionar a justificativa da movimentação sócio-espacial pelas diferenças salariais, pois as diferenças regionais somadas às produtivas e comerciais organizam a condição salarial dos trabalhadores; assim, as diferenças de renda nas diversas regiões do Brasil são justificadas por esse conjunto econômico. Vulgarmente, consideram as regiões de atração como pólos estaticamente comprovados quanto a sua importância, todavia, escondem a organização ampla do capitalismo que subtraem recursos naturais e humanos de uma região para enriquecer outra, as consequências são as diferenças regionais, de salários e as condições materiais dos trabalhadores, tudo isso gerido pelas empresas capitalistas.

Neste sentido, os economistas da Teoria Compensatória, liderados por Marston (1985), criaram a ideia de auto-ajuste dos empregos; assim, o equilíbrio entre as condições regionais, o número de desempregados e a condição salarial determinariam a capacidade em oferecer ou não empregos para uma região. Essa ideia teve inúmeros adeptos e alcançou o debate político e econômico interferindo na compreensão de do que seria a desigualdade regional, diretamente alcançou os postulados geográficos e, sob os clássicos auspícios da Geografia Francesa, “naturalizou” as condições regionais.

As regiões, quanto ao processo de movimentação sócio-espacial, foram analisadas a partir das ideias de Marston (1985) por dois parâmetros: atratividade para investimentos diretos e mercado de mão de obra. Assim, caso a região tenha atrativos econômicos, porém não conta com mão-

de-obra adequada para aquelas funções, imediatamente, as empresas capitalistas organizam a formação desta mão de obra endógena (via escolas profissionais) e também atraindo inúmeros trabalhadores (de outras regiões do país) oferecendo condições salariais melhores.

Desta maneira, compreendemos que as condições salariais são fundamentais para a movimentação sócio-espacial, para que os trabalhadores deixem suas residências para regiões desconhecidas e sem qualquer vínculo sentimental. A escolha do Estado, da região, da cidade para trabalhar depende, sobretudo, das condições inóspitas de seu lugar; assim, a atração destes locais exercerá sobre os trabalhadores com limitações materiais fortes influência, em outras palavras, o capitalismo organiza o território e o compõe em diferentes regiões de forma a equilibrar suas forças produtivas e manter os trabalhadores na condição de escravos, condição camuflada pelos ideais iluministas e sublinhados pela pseudo-democracia liberal e neoliberal.

### **Indo, vindo, indo e nunca chegando**

A guisa de conclusão sublinhamos a importância do debate acadêmico quanto a condição material e imaterial dos trabalhadores que sobrevivem a partir dos processos reguladores da produtividade e da obrigatoriedade quanto a sua mobilidade territorial que ocorre em períodos regulares, isto é, o movimento sócio-espacial destes trabalhadores ocorrem nos momentos de safras e entressafras, respectivamente, idas e vindas de seus lugares, de suas regiões e cidades.

Neste momento do texto lembramos-nos dos personagens de John Steinbeck em dois livros fantásticos que descrevem com maestria as condições dos trabalhadores que se deslocam territorialmente para sobreviverem. São os livros "Of Mice and Men" (1937) e "The Grapes of Wrath" (1939), ambos escritos na fase de transição da economia estadunidense, os quais enumeram as dificuldades, os problemas, as opressões, as explorações sofridas pelos trabalhadores. São livros com mais de sete décadas os quais ao lermos deparamos com muito do presente, isto é, as condições de vida da classe trabalhadora ainda são as mesmas; assim, se não refletirmos e agirmos quanto a isso: o trabalho como exploração.

O diálogo final entre Lennie e George do livro "Of Mice and Men" e a tragédia consumada aponta-nos o caminho para a degradação do trabalhador, da fuga para nenhum lugar, do movimento sócio-espacial que culmina na exploração, na demonstração do poder da burguesia, da luta de classes, na produção de mais-valia e na concentração de capitais.

### **Notas**

3 – J. C. C. Entrevista realizada cidade de Delta (MG), por Marco Túlio Melo Morais em 22/03/2009. Acervo da Pesquisa Histórias, Memórias e Cidadania: Estudo Sobre os Fluxos

Migratórios de Trabalhadores para o Triângulo Mineiro nas Últimas Décadas. Apoiada pela Fapemig (2008-2010).

4 – J. C. C. 22/03/2009. op cit. Acervo da Pesquisa Histórias, Memórias e Cidadania: Estudo Sobre os Fluxos Migratórios de Trabalhadores para o Triângulo Mineiro nas Últimas Décadas. Apoiada pela Fapemig (2008-2010).

5 – J. C. C. 22/03/2009. op cit. Acervo da Pesquisa Histórias, Memórias e Cidadania: Estudo Sobre os Fluxos Migratórios de Trabalhadores para o Triângulo Mineiro nas Últimas Décadas. Apoiada pela Fapemig (2008-2010).

6 – "Já está preso na Cadeia Pública de Uberaba o cortador de cana Marcos Antônio de Jesus Martins, 24 anos, conhecido na cidade de Delta (MG) como "Marquinho". Ele é acusado de ser o autor dos três assassinatos que chocaram a população daquela cidade, devido à crueldade com que os crimes foram cometidos. O cortador de cana estava vivendo na cidade há cerca de três anos. Durante as investigações, os policiais descobriram que ele era muito querido por ser uma pessoa tranquila, trabalhadora e sem nenhuma passagem pela polícia. [...] Os primeiros assassinatos aconteceram no dia 29 do mês passado, quando o corpo de Wanderson Luiz dos Santos foi encontrado esfaqueado no bairro Bela Vista. Na mesma noite, algumas horas depois, foi a vez da polícia encontrar o corpo do andarilho Jozimar Nunes Duarte (o Tiririca), também esfaqueado. Os dois corpos estavam cruelmente desfigurados, indicando que um psicopata estava à solta pelas ruas de Delta. Antes mesmo de a polícia descobrir qualquer pista, no começo da manhã do dia 9 deste mês, o padre José Carlos Cearense (padre Zeca), 44 anos, foi encontrado morto na Paróquia Santa Maria dos Anjos, localizada na rua Santa Clara, nº 85, Jardim Eldorado. O corpo do sacerdote também apresentava requintes de crueldade, pois foi encontrado todo retalhado por faca, tendo profundos cortes por toda sua extensão, inclusive ele estava degolado e apresentava um grande corte no tórax. Mas o que mais impressionou a polícia foi quando a perícia encontrou ao lado do coração do padre um vidro de perfume, colocado pelo assassino através do corte feito na lateral do corpo". "Marquinho", que é adepto a rituais de macumba desde criança, resolveu confessar os crimes, e contou como tudo aconteceu, dizendo que ele tinha feito um pacto com o diabo para que sua vida mudasse por completo. No trato com o "demônio", o cortador de cana disse que tinha que matar sete pessoas para completar o ciclo combinado, portanto, ainda faltavam quatro pessoas, mas ele não estava mais agüentando e procurou uma igreja para se reencontrar com Deus". "Preso maníaco que matou padre em Delta". Jornal de Uberaba, 16/05/2006 às 08:38, <http://www.jornaldeuberaba.com.br/index.php?MENU=CadernoA&SUBMENU=Policia&CODIGO=6536>, acessado em 21/12/2010.

7 - J. C. C. 22/03/2009. op cit. Acervo da Pesquisa Histórias, Memórias e Cidadania: Estudo Sobre os Fluxos Migratórios de Trabalhadores para o Triângulo Mineiro nas Últimas Décadas. Apoiada pela Fapemig (2008-2010).

8 - Entre diferentes exemplos, temos: <http://oglobo.globo>.

com/pais/mat/2007/06/14/296174680.asp, pesquisado 07/09/2010; <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2008/11/432945.shtml>, pesquisado em 09/09/2010; 9 - ver: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2011/02/16/desempregados-pela-mecanizacao-ex-cortadores-de-cana-ingressam-em-luta-pela-terra.htm>, pesquisado em 16/02/2011.

## Referências

ALMEIDA FILHO, N. et al. **As Condições Do Trabalho Não Especializado Na Cana-De-Açúcar e na Construção Civil**. Disponível em <[http://starline.dnsalias.com:8080/abet/arquivos/25\\_5\\_2009\\_16\\_41\\_28.pdf](http://starline.dnsalias.com:8080/abet/arquivos/25_5_2009_16_41_28.pdf)> Acessado em 21/12/10.

ALMEIDA, P. **Acervo da Pesquisa Histórias, Memórias e Cidadania**: Estudo Sobre os Fluxos Migratórios de Trabalhadores para o Triângulo Mineiro nas Últimas Décadas. Apoiada pela Fapemig (2008-2010). Relatório de pesquisa, mimeo. Uberlândia, 2010.

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**. São Paulo: Boitempo, 2005.

BARELLI, W e VILELA, R. Trabalho escravo no Brasil: depoimento de Walter Barelli e Ruth Vilela. **Estudos Avançados**, v. 14, n. 38, Apr. 2000. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142000000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000100002&lng=en&nrm=iso). Acessado em 09/12/ 2009.

CARDOSO, A. M. A **Década Neoliberal e a Crise dos Sindicatos no Brasil**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.

CONTRATO DE SAFRA: **Manual** – Brasília: MTE/SIT, 2002.

COSTA, P. T. M. **Combatendo o trabalho escravo contemporâneo**: o exemplo do Brasil. Escritório da OIT Brasil/Satellite Gráfica e Editora Ltda, Brasília, 2010.

DUARTE, N. Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de A. N. Leontiev. **Cadernos Cedes**, v. 24, n. 62, p. 44-63, abr. 2004. Disponível em <[www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br)>. Acessado em: 05/04/2009.

FONTANA, Josep. **História**: análise do passado e projeto social. Bauru: EDUSC, 1998.

HARRIS, J. R., TODARO, M. P. Migration, unemployment and development: a two-sector analysis. **American Economic Review**, v. LX, n. 1, 1970, p. 126-142.

LENIN, V. I. O imperialismo fase superior do capitalismo. In: LENIN, V. I. **Obras Escolhidas**. v. 1 São Paulo: Alfa-Ômega, 1986, p. 575-671.

LOKOI, Z. M. G. Trabalho escravo no Brasil atual. **Revista de História**, n. 120, jul. 1989. Disponível em <[http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-83091989000100008&lng=pt&nrm=iso](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83091989000100008&lng=pt&nrm=iso)>. Acessado em 21/12/2010.

MAGALHÃES, M. et al. Submundo da Cana. **Jornal Folha de São Paulo**, 24/08/2008. Disponível em: <<http://pawst.com/post/290659-folha-de-s-paulo-o-submundo-da-cana-24-08-2008>>. Acessado em 11/03/2009.

MARANDOLA JR., E.; DAL GALLO, P. M. Ser migrante:

implicações territoriais e existenciais da migração. **Anais do VI Encontro Nacional sobre Migrações**. Belo Horizonte, 2009. p. 1-16.

MARSTON, S. T. Two Views of the Geographic Distribution of Unemployment. **The Quarterly Journal of Economics**. v. 100, n. 1., 1985), p. 57-79. Disponível em: <http://www.jstor.org.ez34.periodicos.capes.gov.br/stable/1885735>.

MARTINS, J. S. **Fronteira**. A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARX, K. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Ômega, s.d. Nasser, S. D.. **“Eu vou entrar no mundo”**: experiências de trabalhadores migrantes na região de Ribeirão Preto - 1980-2007. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

NEOESCRAVISMO: O SUBMUNDO DA CANA; O HAITI É AQUI. Disponível em: <<http://www.conlutas.org.br/site1/exibedocs.asp?tipodoc=noticia&id=1628>>. Acessado em 25/11/2010.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

STEINBECK, J. **Of mice and men**. Londres: Penguin UK, 1996 (1937).

STEINBECK, J. **The Grapes of Wrath**. Londres: Penguin UK, 2001 (1939).

SILVA, L. R. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. São Paulo: Cortez, 1991.

TEIXEIRA, F. O capitalismo é aquele de O Capital? In: TEIXEIRA, F; FREDERICO, C. **Marx no Século XXI**. São Paulo: Cortez, 208.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: A Força dos Trabalhadores**. v. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

THOMPSON, E. P. **Exterminismo e Guerra Fria**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.